Edição 5

15/11/2026

Kalelpost

Você por dentro da noticia, opinião sem medo da verdade

Congresso surpreende e cria licitações para compra de tablets e iPhone

Página 7



Foto / Reprodução - Imagem mostra fachada do Congresso Nacional

Destaques

14 de novembro: o alerta urgente contra a epidemia silenciosa do diabetes

Página 5

E mais...

INSS implementa direito a segunda análise para benefícios negados pelo Atestmed

Página 2

Foto / Reprodução - Imagem mostra logo do site Meu INSS

Editorial

O pronunciamento em rede nacional de rádio e TV realizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na noite de 8 de novembro tinha um objetivo político e econômico claro: conter a sangria dos ativos brasileiros desde a sua reeleição, em 25 de outubro. Desde o resultado das urnas, a Bolsa de Valores de São Paulo chegou a acumular queda de 18%, acionando o circuit breaker pela 1ª vez desde 2020, enquanto o dólar saltou da faixa de R$ 4,99 para R$ 5,50. No entanto, a fala presidencial de cerca de 7 minutos frustrou os agentes econômicos e deixou evidente o motivo pelo qual o governo enfrenta tamanha dificuldade para conquistar a confiança do mercado..

O principal entrave do pronunciamento foi a ausência de medidas concretas. Embora o presidente tenha reconhecido a preocupação com o avanço da dívida pública e com a taxa básica de juros (Selic) estacionada em 13,75% ao ano, não apresentou um plano prático de ajuste fiscal para o Orçamento de 2027. Em vez de detalhar cortes de despesas ou revisões de gastos obrigatórios, Lula dedicou a maior parte do tempo à reafirmação de promessas de campanha que ampliam o gasto público, como:
Zerar o imposto sobre a cesta básica a partir de 2027; Enviar proposta ao Congresso para zerar a tarifa do transporte público aos finais de semana;Universalizar o ensino em tempo integral e expandir o programa Pé-de-meia;Criar o Ministério da Segurança Pública; implementar novas rodadas de alívio de dívidas e benefícios sociais. Economistas apontaram que, enquanto o governo promete cumprir as regras fiscais, as promessas anunciadas exigem um rearranjo orçamentário estimado entre R$ 39,8 bilhões e R$ 39,9 bilhões apenas para 2027.

Somado a isso, a indefinição sobre quem comandará a equipe econômica no 4º mandato — em meio a reuniões que misturam nomes da atual gestão, como o ministro da Fazenda Dario Durigan, com figuras associadas ao aumento de gastos, como o ex-ministro Guido Mantega — amplia a percepção de que a responsabilidade fiscal continua em segundo plano. A desconfiança dos investidores não decorre de um único discurso, mas do histórico recente das contas públicas e da falta de previsibilidade. A dívida bruta do governo geral já atinge 82,9% do PIB, com um crescimento superior a 10 pontos porcentuais ao longo do 3º mandato. Quando um governo sinaliza que continuará expandindo despesas e concedendo isenções sem apontar de onde virão os recursos ou quais gastos serão cortados, o mercado interpreta o gesto como uma tentativa de adiar o problema. Além disso, o tom político adotado no pronunciamento — com ataques às empresas de tecnologia e cobranças por uma reforma do Poder Judiciário — desviou o foco da agenda econômica que o setor produtivo aguardava. Para o investidor, a confiança depende de credibilidade e execução: promessas genéricas de "economia arrumada" não substituem metas críveis nem garantem que o arcabouço fiscal será preservado diante de pressões políticas.

No curto prazo, a falta de clareza mantém a volatilidade elevada. O dólar pressionado encarece insumos importados e alimentos, o que alimenta a inflação (o IPCA acumulado em 12 meses até setembro de 2026 já está em 4,58%). Com a economia aquecida pelos gastos públicos e o câmbio desvalorizado, o Banco Central perde espaço para reduzir os juros e pode ser obrigado a manter a Selic em 13,75% por mais tempo — ou até voltar a elevá-la —, encarecendo o crédito para famílias e empresas e freando o consumo. No longo prazo, a persistência de déficits e o crescimento contínuo da relação dívida/PIB comprometem o potencial de crescimento do país.

O próprio governo estabeleceu a meta de elevar a taxa de investimentos de 15,9% para mais de 20% do PIB em parceria com o setor privado. Contudo, com juros reais altíssimos e risco fiscal elevado, o capital privado tende a migrar para títulos públicos seguros em vez de financiar infraestrutura, indústria e geração de empregos. O resultado é um país com crescimento baixo, custo de vida mais caro e menor capacidade do próprio Estado de sustentar políticas sociais no futuro. Para reverter o ceticismo e construir um ambiente favorável aos investimentos no 4º mandato, a nova gestão precisa sair do campo retórico e adotar ações concretas logo após o retorno da agenda internacional do presidente em novembro.

Os passos essenciais incluem:Apresentar um pacote de corte e revisão de gastos: Detalhar de forma transparente como o Orçamento de 2027 absorverá as promessas de campanha, atacando despesas obrigatórias ineficientes, super salários ("penduricalhos") e revisando renúncias e incentivos fiscais que hoje drenam a arrecadação sem retorno comprovado. Definir rapidamente uma equipe econômica de perfil técnico: Anunciar os nomes da Fazenda e do Planejamento com claro respaldo político do presidente para resistir a pressões por gastos fora das metas. Garantir a integridade do arcabouço fiscal: Comprometer-se publicamente e na prática com o cumprimento das metas de resultado primário, evitando manobras contábeis ou exceções recorrentes fora do teto de despesas. Construir diálogo estável com o Congresso: Em vez de apostar apenas na mobilização popular, articular reformas estruturais que aumentem a produtividade e tragam segurança jurídica, reduzindo o atrito institucional. Somente quando o mercado enxergar um plano numérico executável — que estabilize a trajetória da dívida pública e permita a queda sustentável dos juros — a confiança começará a ser restabelecida, abrindo caminho para o crescimento econômico que o governo afirma buscar.

INSS implementa direito a segunda análise para benefícios negados pelo Atestmed

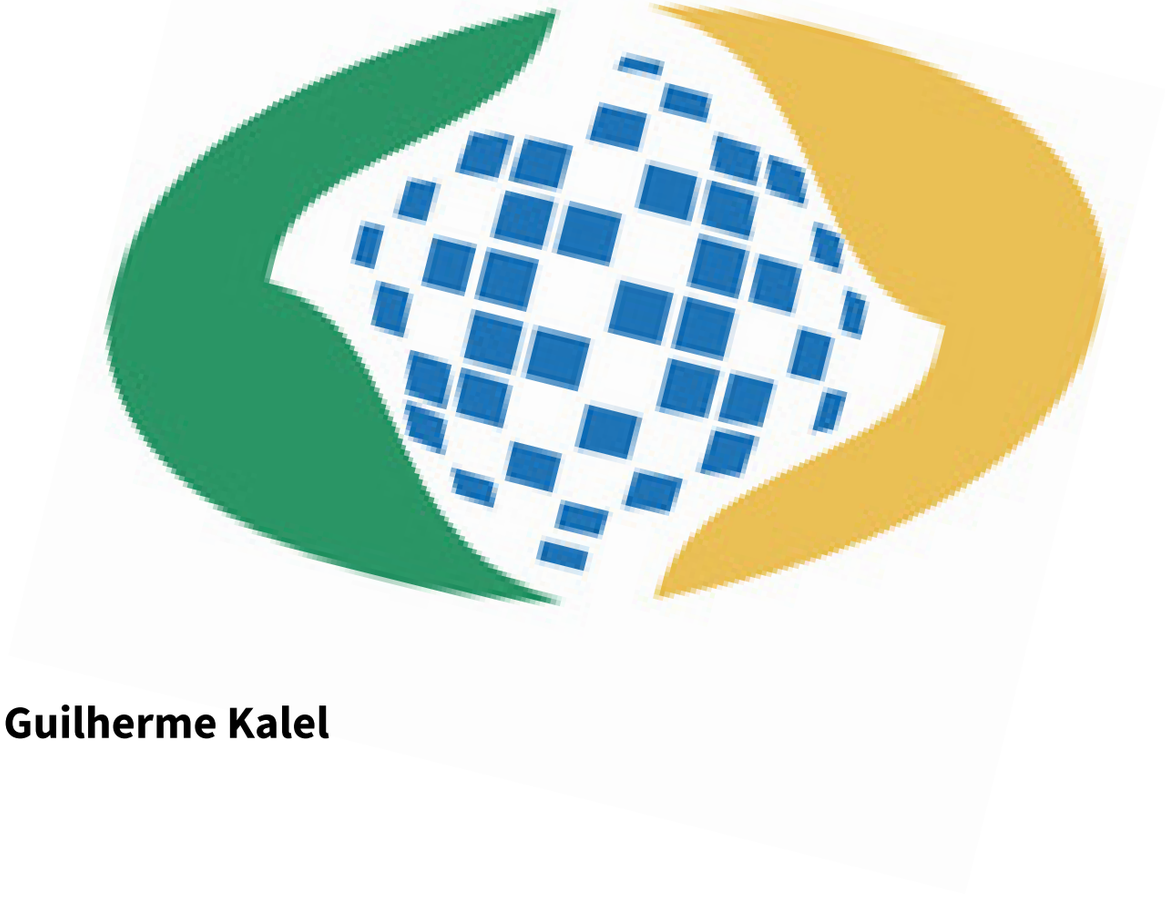


Foto / Reprodução - Imagem mostra logo do site Meu INSS

Por Guilherme Kalel

Trabalhadores que solicitarem o Benefício por Incapacidade Temporária (o antigo auxílio-doença) por meio da análise documental — o sistema Atestmed — e receberem uma resposta negativa passam a contar com uma facilidade importante: o direito a uma segunda análise do pedido.

A mudança, oficializada por meio de portaria conjunta do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), busca flexibilizar o processo e evitar que segurados precisem recorrer imediatamente à via administrativa ou enfrentar burocracias excessivas quando a recusa ocorrer por falhas de documentação ou falta de informações complementares.

Com o novo procedimento, o segurado que tiver o benefício indeferido terá um prazo de até 10 dias, contados a partir da ciência da decisão, para solicitar que o INSS examine novamente os documentos.

Nesse intervalo, o solicitante poderá anexar novos papéis ao processo digital no aplicativo ou site Meu INSS, como:

Atestados médicos ou odontológicos atualizados;

Laudos e exames complementares que detalhem melhor a condição de saúde;

Relatórios clínicos que esclareçam o diagnóstico e o período de afastamento recomendado.

Outro ponto de destaque é que a nova avaliação documental será conduzida por um médico perito diferente daquele que realizou a primeira análise, garantindo maior imparcialidade no reexame do caso.

A regulamentação também estabelece travas para evitar um ciclo infinito de envios documentais sem resolução. Ficou definido que, caso o benefício seja **negado duas vezes consecutivas** pela via do Atestmed, os requerimentos seguintes serão obrigatoriamente encaminhados para uma **avaliação médico-pericial**, que poderá ocorrer de forma presencial ou por telemedicina (desde que preenchidos os requisitos exigidos).

No que diz respeito aos recursos administrativos tradicionais, a regra assegura que o direito de recorrer não é eliminado. O prazo de 30 dias para contestar a decisão continua valendo, mas a contagem é iniciada apenas a partir da comunicação do resultado desfavorável da segunda análise. Contudo, se o trabalhador optar por abrir um recurso direto sem solicitar a reanálise dentro do prazo de 10 dias, ele perde o direito à revisão documental simplificada. O Atestmed tem desempenhado um papel central na tentativa de desafogar as agências e dar celeridade aos pedidos de afastamento temporário do trabalho, registrando atualmente um tempo médio de análise de cerca de 7 dias. Com a nova etapa de reanálise, o governo espera equilibrar a eficiência do modelo digital com a garantia de que o trabalhador genuinamente incapacitado tenha uma chance justa de complementar sua documentação antes de enfrentar instâncias recursais mais longas.

SUS integra novo medicamento contra doença hepática crônica rara

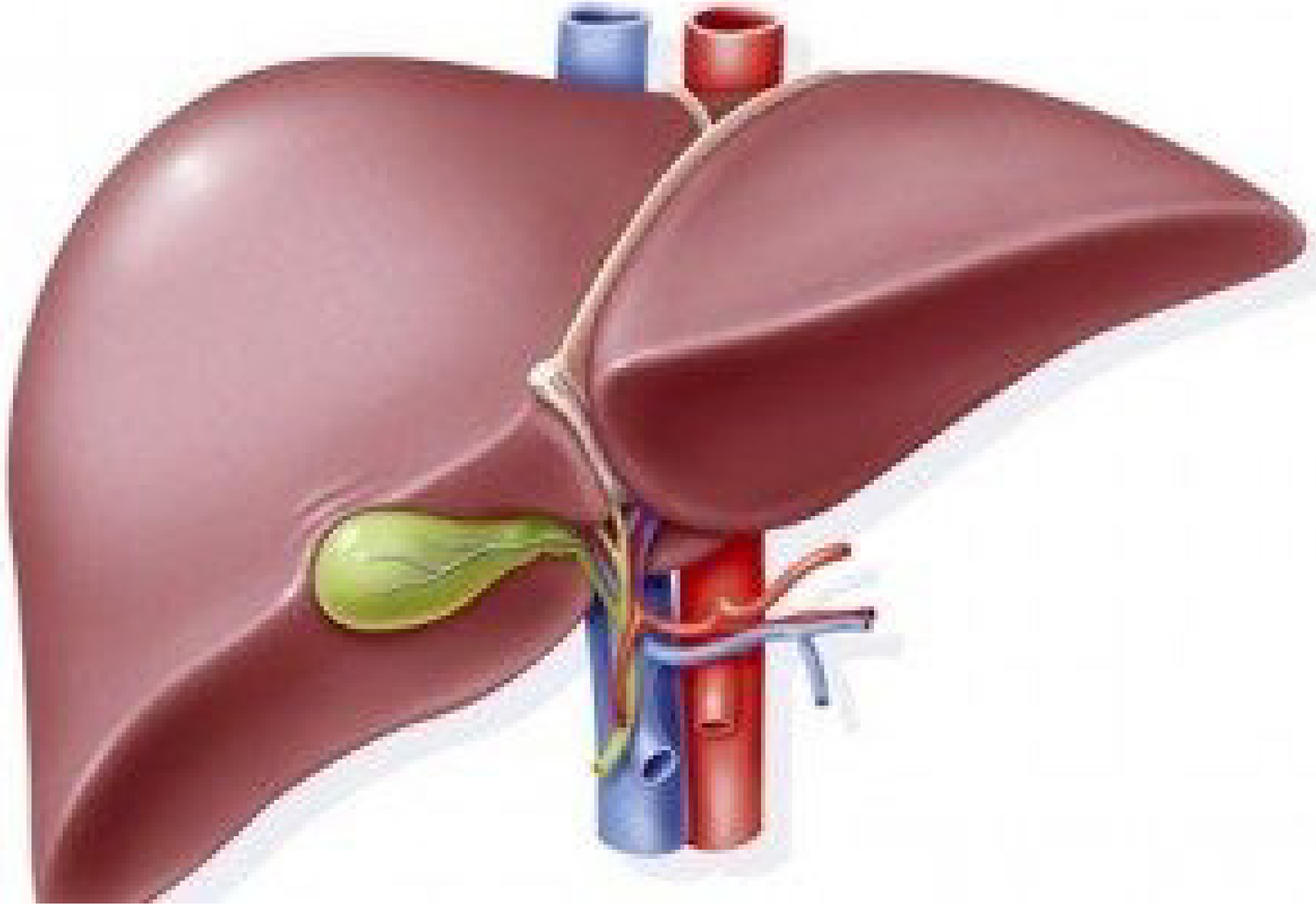


Foto / Reprodução - Imagem mostra representação de um fígado humano

O Sistema Único de Saúde (SUS) deu um passo importante no cuidado de pacientes com condições hepáticas crônicas ao incorporar o medicamento **bezafibrato**. A medida, oficializada por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União em 6 de novembro, é voltada especificamente para o tratamento da **colangite biliar primária**, uma doença autoimune rara que afeta o fígado e que, sem o manejo adequado, pode evoluir para quadros graves como a cirrose.

A colangite biliar primária ataca gradualmente os pequenos dutos biliares do fígado. Entre os benefícios esperados com a introdução do bezafibrato na rede pública estão a redução significativa de sintomas debilitantes — a exemplo do prurido (coceira intensa) e da fadiga —, além da capacidade de promover a reversão ou a regressão das lesões hepáticas.

Estatisticamente, a condição apresenta maior incidência em mulheres com idade entre 40 e 70 anos, embora possa manifestar-se em indivíduos de qualquer gênero ou faixa etária. Em cerca de metade dos casos, a doença inicia-se de forma silenciosa, sem sintomas aparentes. Conforme o quadro evolui, os pacientes podem relatar sinais como olhos e boca secos, além de dificuldades de concentração e a sensação de névoa mental.

Com a publicação da portaria, o Ministério da Saúde estabeleceu o prazo de até 180 dias para que a efetivação e a distribuição do medicamento ocorram de maneira ampla nos postos e serviços de atendimento do SUS. A recomendação técnica que embasou a decisão foi conduzida pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).

Especialistas reforçam que a chegada do novo fármaco amplia as alternativas terapêuticas disponíveis, mas destacam que o uso depende de rigorosa avaliação médica e acompanhamento especializado contínuo, garantindo que o tratamento seja direcionado adequadamente a cada perfil de paciente.

BTG avança na aquisição de carteiras de créditos do BRB



Foto / Reprodução - Imagem mostra fachada de uma agencia do BRB

O BTG Pactual intensificou sua movimentação estratégica no mercado financeiro ao avançar de forma consistente sobre os ativos do BRB (Banco Regional de Brasília). O ponto central dessa ofensiva envolve a aquisição de mais da metade da carteira de crédito imobiliário da instituição pública, em um movimento desenhado para injetar liquidez urgente e conferir sobrevida ao banco do Distrito Federal sem que isso configure, ao menos por ora, uma mudança formal em seu controle acionário.As negociações e cessões de ativos que vêm ocorrendo refletem um processo de reestruturação forçada e busca por fôlego financeiro por parte do BRB. Procurados pela imprensa, tanto o BTG quanto o BRB optaram por não se manifestar oficialmente sobre os detalhes das transações em curso.A venda de fatias expressivas de carteiras de crédito — com destaque para o financiamento imobiliário, que detém estoques multibilionários — tem sido o caminho adotado para estancar pressões de caixa e ajustar os indicadores de liquidez da instituição brasiliense.A engenharia financeira por trás dessas operações permite ao BRB se desfazer de ativos rentáveis e de longo prazo em troca de capital imediato. Para o BTG Pactual, a investida representa uma oportunidade de expansão e consolidação de portfólio, absorvendo ativos lastreados com taxas de desconto (deságios) consideradas atraentes. Apesar de proporcionar o alívio financeiro necessário no curto prazo, especialistas e fontes próximas às negociações ponderam que a estratégia carrega um ônus estrutural: ao transferir suas operações e fatias mais saudáveis do balanço, o BRB abre mão de receitas recorrentes importantes para o seu futuro, o que mantém o debate aceso sobre os rumos de longo prazo e a sustentabilidade operacional da instituição pública.

Diferente de um processo tradicional de privatização ou de transferência integral de comando, as operações estruturadas até o momento focam estritamente na alienação de ativos e carteiras específicas. O objetivo político e institucional preservado pelo governo local é manter o BRB sob a tutela pública, blindando sua função histórica de fomento regional, embora o banco venha adotando medidas drásticas de enxugamento de custos — incluindo programas de desligamento de pessoal — para se adequar a uma realidade de menor porte.

Enquanto o mercado acompanha de perto os desdobramentos dessas cessões bilionárias, a expectativa recai sobre a capacidade do BRB de estabilizar suas contas e sobre os próximos passos do BTG Pactual na absorção definitiva desses segmentos de crédito no cenário nacional.

A situação do BRB ganha contornos dramáticos para a Instituição financeira, depois que o banco tentou adquirir sem sucesso em 2025, as operações do liquidado Banco Master.

Houve a revelação de um esquema criminoso por trás da operação, que levou o banco a beira de um caos. As autoridades do governo do DF tem feito o que podem para evitar uma liquidez da instituição, num caminho que parece cada dia menos evitável.

Para se manter com capacidade de operar, o banco precisa de aportes bilionários, o que explica a venda de carteiras de crédito, como as negociadas pelo BTG, que parece ter um interesse especial pelo banco.

O BRB tentou conseguir um empréstimo de R$ 6,6 bilhões com garantia do Tesouro, para estancar sua crise.

Contudo não conseguiu o aval para a tomada do financiamento, o que levou o caso ao STF.

O governo do DF tenta conseguir na Justiça, que o governo federal assuma os riscos de um eventual empréstimo se o banco não conseguir honrar com o pagamento. O BRB é importante para o governo do Distrito FFederal e não só, a instituição detém cerca de R$ 30 bilhões em depósitos judiciais, por meio de precatórios adquiridos.

14 de novembro: o alerta urgente contra a epidemia silenciosa do diabetes

Por Guilherme Kalel

Todos os anos, o dia 14 de novembro marca o Dia Mundial de Combate e Controle ao Diabetes. A data não é apenas simbólica; ela funciona como um alarme global diante de uma das doenças mais prevalentes e perigosas do planeta. A Organização Mundial da Saúde (OMS) emite alertas constantes sobre o avanço acelerado desse problema, e os números no Brasil mostram que a situação exige atenção imediata. Hoje, o país soma 21 milhões de pessoas vivendo com diabetes e outros 30 milhões convivendo com o pré-diabetes. Somados, são 51 milhões de brasileiros sob risco direto.

O grande perigo do diabetes está no seu caráter silencioso. A doença acontece quando o corpo não produz insulina suficiente ou não consegue usar esse hormônio de forma eficaz, fazendo com que o açúcar se acumule no sangue. Embora existam diferentes formas da condição, as mais comuns são o Tipo 1, geralmente diagnosticado na infância ou adolescência, e o Tipo 2, que representa cerca de 90% dos casos e está fortemente ligado ao estilo de vida, ao sedentarismo e ao excesso de peso. O problema é que, nos estágios iniciais, o excesso de glicose raramente causa dor. Quando os sintomas clássicos aparecem — como sede excessiva, vontade frequente de urinar e perda de peso inexplicável —, o organismo já pode estar sofrendo danos graves.

Ignorar o diagnóstico ou abandonar o tratamento é uma escolha de alto risco. O diabetes mal controlado é a principal causa de cegueira evitável, insuficiência renal e amputações de membros inferiores, além de multiplicar as chances de infarto e acidente vascular cerebral (AVC). Tratar a doença, portanto, não é opcional: é a única barreira entre uma vida normal e complicações severas. O controle rigoroso exige disciplina diária apoiada em 3 pilares fundamentais: alimentação equilibrada, prática regular de atividade física e uso correto dos medicamentos prescritos.

A boa notícia é que conviver com o diabetes hoje é muito mais seguro e confortável do que há 10 ou 20 anos. A medicina avançou de maneira impressionante. Pacientes que antes dependiam de diversas picadas nos dedos ao longo do dia agora contam com sensores modernos aplicados na pele, que medem a glicose em tempo real pelo celular. As insulinas ficaram mais inteligentes e estáveis, reduzindo drasticamente o risco de quedas bruscas de açúcar no sangue. Além disso, novas classes de medicamentos orais e injetáveis revolucionaram o mercado: eles não apenas controlam a glicemia, mas também protegem o coração e os rins, atacando as principais complicações da doença antes mesmo que elas apareçam.

No entanto, toda essa tecnologia de ponta perde o sentido se não houver diagnóstico precoce e acesso à informação. Os 30 milhões de brasileiros com pré-diabetes estão diante de uma janela de oportunidade única: nessa fase, mudanças simples na rotina conseguem reverter o quadro e impedir que a doença se instale de vez. Já para os 21 milhões que convivem com o diagnóstico confirmado, a mensagem do 14 de novembro é clara: o diabetes não precisa ser uma sentença de limitações, mas exige respeito, acompanhamento médico contínuo e responsabilidade diária. Fazer o exame de sangue regularmente e levar o tratamento a sério é a forma mais eficaz de proteger o futuro.

Kalelpost

Mercado livre: "Chega antes do que você imagina. Resolvido antes do que você esperava."

Sabe aquela sensação boa de pedir uma coisa e pensar: *"Será que chega a tempo?"*
Esquece. No Mercado Livre, o tempo corre no seu ritmo. Precisou daquele livro novo para o fim de semana? Do ingrediente secreto para o jantar de hoje? Ou daquele presente que você quase esqueceu de comprar?
Com a entrega mais rápida do Brasil, a gente faz o pacote chegar na sua porta antes mesmo de você terminar o café. É a logística virando mágica — ou melhor, eficiência pura, com frete grátis e a segurança que você já conhece de olhos fechados.
Porque comprar não é só receber um produto. É resolver a sua vida com um toque na tela. É dar play nos seus planos sem complicação.
Chegou no carrinho. Chegou na sua casa. Chegou o seu momento.
Abra o app, escolha o que te move e deixe o resto com a gente.
Mercado livre: O destino de quem compra, vende e resolve.

https://mercadolivre.com.br

Claro: Você merece o novo

A vida acontece em tempo real, e você não pode ficar esperando o sinal carregar. Com o ecossistema da **Claro**, você vive o melhor da tecnologia com máxima velocidade, estabilidade e praticidade.

Por que escolher a Claro?
5G+ de Verdade: Navegue com ultravelocidade onde quer que você esteja. Assista a vídeos em 4K, jogue sem travamentos e baixe arquivos pesados em segundos.
Claro Internet Fibra: A banda larga número 1 em velocidade do país. Wi-Fi potente para conectar toda a família, estudar, trabalhar e maratonar séries ao mesmo tempo, sem quedas.
Claro tv+: O melhor do entretenimento na sua tela. Filmes de cinema, séries premiadas, canais ao vivo e os principais campeonatos de futebol reunidos em um só aplicativo, na sua TV, celular ou tablet.
Claro Pós & Controle: Planos flexíveis que dão mais liberdade para você falar, navegar nos principais apps sem gastar o seu 4G e aproveitar benefícios exclusivos todos os meses.

"Seja para trabalhar, se divertir ou falar com quem você ama, a Claro conecta você ao que realmente importa."

Claro: Você merece o novo.

https://claro.com.br

A Revolução Silenciosa dos Comprimidos: Como a Semaglutida Oral Transforma o Manejo do Diabetes Tipo 2



Foto / Reprodução - Imagem mostra embalagem de pílula do Wegovi

Quando se fala em semaglutida — princípio ativo que conquistou os holofotes globais nos últimos anos —, a imagem imediata que costuma vir à mente é a das tradicionais canetas injetáveis aplicadas sob a pele. No entanto, a medicina integrativa e a endocrinologia vêm destacando uma vertente igualmente poderosa e bem menos invasiva para milhões de pacientes: a versão em comprimidos.

Conforme reforçam as diretrizes e alertas clínicos da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), a formulação oral da semaglutida atua como uma ferramenta formidável não apenas para a estabilização dos níveis glicêmicos, mas também para devolver a autonomia e a adesão ao tratamento de quem convive diariamente com o diabetes mellitus tipo 2 (DM2).

Historicamente, peptídeos terapêuticos como os análogos do GLP-1 sofriam uma barreira intransponível: ao serem ingeridos via oral, as enzimas digestivas do estômago degradavam a molécula antes que ela pudesse atingir a corrente sanguínea.

A grande reviravolta científica foi o desenvolvimento de uma tecnologia de coformulação que protege o princípio ativo, permitindo sua absorção estomacal de maneira segura. Na prática diária, isso significa que o paciente ganha uma alternativa terapêutica de uso diário via oral, eliminando a barreira psicológica ou o desconforto que algumas pessoas relatam com as injeções semanais.

Independentemente de ser administrada por via subcutânea ou oral, a molécula cumpre um papel metabólico multifacetado no corpo humano.

Estímulo Inteligente de Insulina: Ela age diretamente no pâncreas, estimulando a liberação de insulina de forma dependente da glicose — ou seja, o hormônio é secretado quando os níveis de açúcar no sangue estão altos, reduzindo o risco de hipoglicemias severas.

Freada no Glucagon: Reduz a produção hepática excessiva de glicose ao diminuir a liberação de glucagon.

Saciedade Prolongada: Retarda o esvaziamento gástrico e atua nos centros de saciedade do sistema nervoso central, o que ajuda de forma secundária na perda de peso — um fator crucial, visto que o controle do peso corporal está diretamente ligado à melhora da resistência à insulina.

Um dos maiores calcanhares de Aquiles no manejo de doenças crônicas como o diabetes é a aderência ao tratamento a longo prazo. Esquecimentos, receios com agulhas ou complexidade nos esquemas medicamentosos costumam fazer com que taxas importantes de controle glicêmico escapem das metas ideais.

A introdução de opções orais facilita a rotina do paciente, mas especialistas lembram que o uso exige regras rígidas de administração — como tomar o comprimido em jejum, com um pequeno gole de água, aguardando o tempo correto antes da primeira refeição do dia para garantir a absorção adequada.

Além disso, a SBD alerta que o ajuste de doses (como a progressão de dosagens menores para as de manutenção) deve ser conduzido exclusivamente por um médico. O acompanhamento serve tanto para avaliar a eficácia na redução da hemoglobina glicada quanto para monitorar eventuais efeitos colaterais gastrointestinais, comuns na fase de adaptação.

O avanço das terapias com semaglutida oral consolida uma mudança de paradigma: o tratamento do diabetes tipo 2 deixou de ser focado apenas em "baixar a glicemia a qualquer custo" para abraçar uma abordagem cardioprotetora e metabólica ampla.

Para o paciente, o comprimido diário representa menos barreiras físicas e emocionais na rotina, mostrando que a ciência continua avançando rumo a tratamentos cada vez mais humanizados, eficazes e integrados ao estilo de vida moderno.

Congresso surpreende e cria licitações para compra de tablets e iPhone



Foto / Reprodução - Imagem mostra fachada do Congresso Nacional

Por Guilherme Kalel

O Congresso Nacional surpreendeu o povo na última semana, ao criar licitações para compra de dispositivos eletrônicos no uso da atividade parlamentar. Tudo começou com o Senado, que decidiu a compra de iPhones e celulares intermediários para os senadores e membros da assessoria em cargos de diretoria. A licitação, prevê a compra de 95 iPhones para serem distribuídos aos senadores, ainda que sejam 81 parlamentares no total. Além disso servidores receberiam Smartphones Galaxy A37 da Samsung e Moto G86, da Motorola.

A licitação é estimada em R$ 6,145 milhões, para um contrato de 4 anos, prorrogável por mais 10, com a previsão da troca dos equipamentos por modelos mais novos, a cada 2 anos. A compra chamou a atenção e levantou críticas, que foram respondidas pelo Presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Para o político, as críticas são apenas narrativas, que não devem ser levadas em conta. Alcolumbre defendeu a medida que prevê além da compra dos dispositivos, Chips para uso de dados móveis e a melhoria de cobertura de sinal, dentro do prédio do Senado e na residência oficial do Presidente da Casa de leis.

Políticos também deram seus pitacos na medida, e criticaram a atitude de comprar iPhones, que são considerados artigos de luxo, não de necessidade, para os senadores. O deputado Nicolas Ferreira por exemplo, pontuou que se quiserem, os senadores poderiam comprar do próprio bolso seus iPones. Já a deputada Tabata Amaral, acionou o Tribunal de Contas da União, contra a medida. Mas a Câmara de certa forma não ficou para trás. Um dia depois do anúncio da licitação do Senado, a casa de leis anunciou a sua própria compra. Seus parlamentares por sua vez, receberiam tablets.

A Câmara pretende investir R$ 5,7 milhões na compra de modelos de iPads da Apple e de outros dispositivos da Samsung. No caso da Câmara, a justificativa seria uma modernização na casa de leis, trocando computadores pelos novos dispositivos mais portáteis. As duas licitações porém, representam um gasto de quase R$ 12 milhões de dinheiro público, para uma parcela política que já goza de bom salário e N regalias.

Liberdade de Opinião:

Não falta dinheiro no Brasil, Falta respeito a população e a máquina pública



Por Guilherme Kalel

Enquanto o país discute a necessidade urgente de cortar despesas, equilibrar as contas públicas e pedir sacrifícios ao cidadão que paga impostos, o Congresso Nacional decidiu dar uma demonstração explícita de desconexão com a realidade brasileira. As licitações abertas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados para o fornecimento de smartphones de última geração e tablets — que, somadas, chegam a quase R$ 12 milhões — não são apenas um gasto elevado: são um retrato fiel de uma casta política que parece viver em uma bolha blindada contra qualquer crise econômica.

Os números dos editais falam por si e dispensam adjetivos suaves. No Senado, o contrato estimado em R$ 6,045 milhões por 4 anos prevê o fornecimento de 425 aparelhos, incluindo 95 unidades do iPhone 18 Pro — um número superior aos 81 senadores que compõem a Casa —, além da substituição garantida pelos modelos mais caros do mercado a cada 2 anos. Logo na sequência, para não ficar atrás, a Câmara dos Deputados abriu um pregão de até R$ 5,77 milhões para adquirir 604 tablets, dos quais 513 são destinados aos deputados federais, com valor unitário que chega a R$ 9.809,86.

Diante da repercussão negativa, a defesa feita pela cúpula do Legislativo soa ainda mais revoltante. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, tentou minimizar o episódio afirmando que não se trata de compra, mas de comodato, e classificou as críticas como mera narrativa. Pouco importa se o aparelho fica emprestado pela operadora ou vai para o patrimônio definitivo da Casa: a conta de R$ 6 milhões continua saindo diretamente do bolso do contribuinte.
Da mesma forma, a justificativa da Câmara de que os tablets servirão para economizar papel e modernizar o trabalho legislativo perde qualquer credibilidade quando o edital mira aparelhos de luxo da Apple e da Samsung na faixa de R$ 8 mil a R$ 10 mil por unidade.

O que torna esse episódio verdadeiramente absurdo é o contraste moral e financeiro. Senadores e deputados recebem salários superiores a R$ 44 mil mensais, além de auxílio-moradia, verba indenizatória, passagens aéreas, plano de saúde ilimitado e verba de gabinete para contratar assessores. Trata-se da parcela mais bem remunerada e privilegiada do funcionalismo público brasileiro. Exigir que o cidadão comum — que muitas vezes trabalha meses para juntar o valor de 1 único aparelho intermediário — financie iPhones de ponta e tablets premium para parlamentares é um acinte.

A própria Lei de Licitações proíbe a aquisição de artigos de luxo pela administração pública, determinando que os bens contratados sejam compatíveis com a estrita necessidade do serviço. Para ler documentos, participar de reuniões virtuais e acessar sistemas internos, qualquer dispositivo básico ou intermediário cumpriria perfeitamente a função por uma fração desse custo. Optar pelo topo de linha não é eficiência administrativa; é ostentação custeada com dinheiro público.

Quando a população vê o Congresso articular pacotes de ajuste fiscal para a sociedade enquanto aprova quase R$ 12 milhões em eletrônicos de luxo para si mesmo, a mensagem transmitida é devastadora. Não falta dinheiro no Brasil; falta respeito com quem sustenta a máquina pública. Enquanto os gabinetes de Brasília se equipam com o que há de mais caro nas vitrines tecnológicas, o país real segue pagando a conta de privilégios que já passaram de todos os limites do bom senso.

*Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.
Publisher da Agência Kalelpress e do Jornal RS Connect.
MTB: 89344 / SP.

O reflexo da descrença: quem realmente aposta no estudante com deficiência?



Foto / Reprodução - Aluno com deficiência estuda em uma sala de aula

Por Kaio Lima

Falar sobre inclusão escolar no Brasil costuma ser um exercício de discursos bonitos na teoria e de abandono estrutural na prática. Diante desse cenário, surge uma indagação incômoda e fundamental: afinal, quem acredita de verdade no aluno com deficiência?

Quando analisamos dados aprofundados — como os levantamentos recentes sobre a Educação Básica e o Saeb —, percebemos que o sistema educacional brasileiro opera muitas vezes sob a premissa velada de que esses estudantes são uma exceção incômoda, e não parte legítima e central do corpo discente. Dados estatísticos mostram que o fosso da desigualdade educacional atinge fortemente as pessoas com deficiência, escancarando a falta de preparo das redes de ensino.

O problema central não reside na capacidade de aprendizado do aluno, mas sim na barreira institucional. Faltam diagnósticos precisos, falta infraestrutura adequada nas escolas, faltam recursos humanos capacitados e, sobretudo, falta a crença coletiva de que aquele indivíduo pode alcançar o desenvolvimento pleno. Sem dados confiáveis que permitam ao Inep e ao Ministério da Educação monitorar de forma periódica a real evolução desses estudantes, as políticas públicas continuam a caminhar às cegas.

A verdadeira inclusão exige abandonar a visão assistencialista e passar a enxergar a acessibilidade e o suporte pedagógico como direitos inegociáveis. Enquanto governos, gestores e redes de ensino tratarem a educação especial como um apêndice orçamentário ou burocrático, continuaremos a falhar com milhares de crianças e jovens. Afinal, acreditar no aluno com deficiência significa estruturar a escola para recebê-lo, mantê-lo e garantir que ele aprenda com equidade.

*Kaio Lima é deficiente visual, Jornalista e programador Web.

E escreve para a Kalelpost para falar sobre os desafios da deficiência.

O mundo de olho na reunião das potências na China

Por May Ling Parker

O cenário geopolítico global volta suas atenções para Shenzhen, na China. Na próxima semana — com previsão para quinta-feira, 19 de novembro —, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o líder chinês, Xi Jinping, e o presidente russo, Vladimir Putin, participarão de uma inédita reunião trilateral à margem da cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC).
Confirmado tanto pela Casa Branca quanto pelo Kremlin, o encontro marca a primeira vez que os chefes de Estado das três maiores potências nucleares e militares do mundo se reúnem nesse formato. Mais do que o simbolismo diplomático — já comparado por analistas a uma espécie de "nova Conferência de Yalta" pelo potencial de redesenhar zonas de influência —, a pauta traz urgências críticas e omissões calculadas.

O principal ponto declarado na agenda de Donald Trump é a redução e o controle de arsenais nucleares. O encontro ocorre 9 meses após o vencimento do tratado *New START*, o último acordo de controle de armas atômicas entre Washington e Moscou, que deixou as duas maiores potências nucleares sem limites formais pela primeira vez em mais de meio século.
Trump já havia sinalizado que não desejava apenas renovar o pacto bilateral com a Rússia, exigindo um acordo "novo e modernizado" que incluísse formalmente a China, cujo arsenal está em rápida expansão. No entanto, autoridades americanas adotam um tom cauteloso: não se espera a assinatura de um tratado imediato em Shenzhen, mas sim o pontapé inicial para destravar negociações tripartites. Outro eixo central da conversa será o conflito no Oriente Médio, especificamente a guerra envolvendo o Irã. Com Washington profundamente envolvido na crise regional e enfrentando desgastes estratégicos, Trump busca engajar Pequim e Moscou — que mantêm fortes laços econômicos, diplomáticos e militares com Teerã — na busca por uma contenção ou saída negociada.

Nesse tabuleiro, Xi Jinping surge como o grande anfitrião e fiel da balança, detendo alavancagem econômica tanto sobre o Irã quanto sobre a Rússia.

Tão revelador quanto o que está na mesa é o que foi deliberadamente retirado dela:

Guerra na Ucrânia: Segundo fontes da Casa Branca, Trump não pretende discutir o conflito ucraniano nessa reunião trilateral. A justificativa oficial é que Washington mantém uma "via separada" de negociações diretas com Kiev e Moscou, e que a China não faz parte diretamente desse processo.
Semicondutores e Guerra Comercial: Os controles de exportação de chips sensíveis e inteligência artificial também não devem dominar o encontro a 3, ficando restritos às reuniões bilaterais entre Trump e Xi, que buscam preservar a frágil trégua comercial estabelecida entre os 2 países.
Para os aliados tradicionais dos Estados Unidos, especialmente na Europa, a cúpula em Shenzhen desperta apreensão. A imagem de Washington negociando diretamente com Moscou e Pequim a portas fechadas alimenta o temor de que acordos sobre segurança global sejam costurados sem a participação de parceiros históricos, enfraquecendo o multilateralismo tradicional.
Em suma, a reunião de Shenzhen dificilmente entregará tratados prontos ou soluções definitivas. Seu verdadeiro peso reside na redefinição das regras do jogo: um reconhecimento mútuo de que, em um mundo multipolar marcado por crises simultâneas, nenhuma das 3 superpotências consegue impor sua vontade sozinha — e todas precisam negociar diretamente os termos da coexistência.

***May Ling Parker é jornalista de internacional e analisa em sua coluna fatos e impactos pelo mundo.**

Kalelpost

bioland®

Bioland: Precisão que Cuida, Tecnologia que Conecta.

Monitore sua glicemia com a confiança e a inovação dos medidores Bioland. Mais saúde e tranquilidade na palma da sua mão.

Por que escolher Bioland?

Resultados Rápidos e Confiáveis: Tecnologia avançada que entrega sua medição em segundos, com a precisão que seu tratamento exige.

Conforto no Dia a Dia: Lancetadores de alta precisão com menor dor e menor volume de sangue necessário para o teste.

Memória Inteligente: Acompanhe seu histórico de medições com facilidade para um melhor controle junto ao seu médico.

Design Ergonômico e Prático: Aparelhos modernos, leves e fáceis de usar, ideais para te acompanhar onde você estiver.

"Cuidar da sua saúde não precisa ser complicado. Com a linha de medidores Bioland, você tem autonomia, segurança e o melhor custo-benefício para o seu monitoramento diário."

Garanta o seu hoje mesmo!

Visite nosso site em:
https://biolandbrasil.com.br

ou consulte a farmácia mais próxima e conheça a linha completa de medidores e acessórios Bioland.

Expediente

Revista Kalelpost: Informação que te leva a verdade:
Editor Responsável: Jornalista Guilherme Kalel.
O mensageiro da notícia.
MTB: 89344 / SP.
Diagramação: Adriana Rodrigues.
Produção e distribuição: Agência Kalelpress.

Quer saber mais sobre nossa historia e quem somos? Conheça acessando:
https://informeon.com.br/quem-somos

Acesse nossos portais de notícias, leia nossas reportagens e compartilhe nosso trabalho:

https://informeon.com.br

https://informediabetes.com.br

Agência Kalelpress.
Todos os direitos reservados. Proibida reprodução sem autorização.
CNPJ: 60351363000101

atendimento@kalel.net.br

jornalismo@informeon.com.br

https://wa.me/5516989990050